



## AUTÓGRAFO DE LEI Nº 3740

**DISPÕE SOBRE O DIREITO DE PROTETORES E VOLUNTÁRIOS DA CAUSA ANIMAL DE ALIMENTAR E PRESTAR CUIDADOS A ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE RUA EM LOCAIS PÚBLICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA, ESTABELECE DIRETRIZES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS PELO SEU IMPEDIMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA, em sessão ordinária realizada em 15 de Dezembro de 2025, APROVOU:

**Art. 1º** – Fica assegurado o direito a protetores, voluntários e cidadãos de alimentar e prestar cuidados emergenciais a animais em situação de rua ou errantes em logradouros e espaços públicos do Município da Estância Turística de Barra Bonita.

**§ 1º** – Para os fins desta Lei, considera-se:

**I – Animal em Situação de Rua ou Errante:** Aquele que se encontra abandonado, desamparado ou sem tutor conhecido em vias e espaços públicos.

**II – Protetor ou Voluntário da Causa Animal:** Pessoa física ou jurídica que, de forma individual ou organizada, dedica-se ao resgate, cuidado e bem-estar de animais em situação de rua.

**§ 2º** – A alimentação e os cuidados deverão ser oferecidos de forma a zelar pela saúde pública e a manutenção da higiene do local, sendo proibido o acúmulo de lixo ou sobras de alimentos. O Poder Executivo poderá regulamentar os padrões e locais adequados para tal fim, visando à coexistência harmoniosa com a população e o ambiente urbano.

**Art. 2º** – É vedada a qualquer pessoa, agente público ou particular, a prática de atos que visem impedir, proibir, constranger ou ameaçar protetores, voluntários ou cidadãos no exercício da alimentação e cuidado dos animais em situação de rua nos locais previstos no Art. 1º, observadas as regulamentações pertinentes do Poder Executivo.

**Parágrafo único** – Incluem-se na vedação atos como:

**I** – Danificar, destruir ou remover potes, comedouros e bebedouros improvisados ou instalados para esse fim, desde que instalados em locais que não obstruam o trânsito de pessoas ou veículos, nem representem risco à segurança pública, conforme critérios a serem estabelecidos pelo Poder Executivo Municipal em regulamento;

**II** – Expulsar, coagir ou ameaçar quem estiver prestando o auxílio;



**III** – Realizar denúncias comprovadamente infundadas ou alegar perturbação da ordem sem comprovação objetiva que justifique o impedimento da atuação dos protetores e voluntários, em desacordo com as normativas municipais.

**Art. 3º** – O descumprimento do disposto no Art. 2º desta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades administrativas, sem prejuízo de outras sanções civis e penais cabíveis:

**I** – Advertência: Na primeira ocorrência, o infrator será notificado para cessar a conduta vedada.

**II** – Multa: Em caso de reincidência ou na gravidade da infração, a ser aplicada conforme o disposto no § 1º deste artigo.

**§ 1º** – A multa será no valor de 100 UFESP's para pessoa física e de 200 UFESP's para pessoa jurídica.

**§2º** – Para agente público que, no exercício de suas funções, incorrer nas condutas vedadas, a penalidade será apurada e aplicada conforme o regime disciplinar próprio do servidor, sem prejuízo de eventuais multas civis e penais.

**§ 3º** – O valor arrecadado com as multas, após as devidas dotações orçamentárias, poderá ser destinado, preferencialmente, à Secretaria Municipal de Bem-Estar Animal, para programas e ações de controle populacional e saúde animal no município, observada a legislação orçamentária vigente.

**Art. 4º** – O Poder Executivo Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei, deverá regulamentá-la para estabelecer os critérios e procedimentos necessários à sua plena execução, incluindo, mas não se limitando a:

**I** - Definição de locais prioritários ou restritos para a alimentação e instalação de comedouros/bebedouros;

**II** – Padrões de higiene, saúde pública e responsabilidades dos cuidadores;

**III** – Órgão ou secretaria responsável pela fiscalização e aplicação das penalidades;

**IV** – Detalhamento do processo administrativo para aplicação das advertências e multas, assegurando a ampla defesa e o contraditório;

**V** – Fomento a programas de conscientização e educação da população sobre a proteção e o respeito aos animais.

**Art. 5º** – O Município poderá desenvolver e apoiar programas de castração, vacinação e adoção responsável de animais em situação de rua, em parceria com protetores, organizações não governamentais e clínicas veterinárias, visando ao controle populacional e à melhoria da saúde e bem-estar animal.

**Art. 6º** – Poderão ser criados mecanismos de apoio e incentivo à atuação dos protetores e voluntários da causa animal, como a divulgação de pontos de coleta de doações, a promoção de campanhas de conscientização e a instituição de um



## **Câmara Municipal da Estância Turística de Barra Bonita - SP**



cadastro voluntário de protetores e voluntários junto ao órgão municipal competente, para fins de comunicação, orientação e eventual apoio.

**Art. 7º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Barra Bonita, 16 de Dezembro de 2025.

**JOSÉ JAIRO MESCHIATO**  
**Presidente da Câmara**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Autógrafo : 3740 / 2025 - Chave de Validação: 7N48-65V3-301U-52F4



## **Câmara Municipal da Estância Turística de Barra Bonita – SP**



### **Assinaturas Digitais**

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Barra Bonita. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://barrabonita.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=7N4865V3301U52F4>, ou vá até o site <https://barrabonita.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 7N48-65V3-301U-52F4**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Autógrafo : 3740 / 2025 - Chave de Validação: 7N48-65V3-301U-52F4